



Subsea & Energy Brazil Magazine

Pequenas e Poderosas

Impulsionadas pela indústria de óleo e gás, startups
aceleram a inovação no setor de subsea

HOT INTERVIEW

John Macleod, Vice-
Presidente de Estratégia e
Tecnologia na OneSubsea

OPINIÃO

**José Mauro Coelho e
Guilherme Mercês**, sócios
na AURUM TANK



Oportunidades e Desafios do Descomissionamento no Brasil

Por: José Mauro Coelho e Guilherme Mercês

O descomissionamento é definido como o conjunto de atividades associadas ao encerramento definitivo das operações de instalações de produção de petróleo e gás natural em ambiente marítimo, tais como o abandono e o arrasamento de poços, a remoção de estruturas, a adequada destinação de materiais e resíduos e a recuperação ambiental das áreas impactadas. Trata-se de uma obrigação contratual presente tanto no modelo de concessão quanto no de partilha, vinculada ao fim da vida útil dos campos produtores.

Devido ao grande número de blocos exploratórios contratados entre 1999 e 2008 (com 753 blocos arrematados em 10 rodadas), e levando em conta o tempo de contrato de cerca de 30 anos para cada projeto, na próxima década o Brasil despontará como um dos protagonistas globais nesse mercado, ocupando o terceiro lugar em potencial de descomissionamento. Projeções indicam que serão realizados no país investimentos da ordem de US\$ 16 bilhões até 2029, de um total global estimado em US\$ 85 bilhões.

Tal volume de recursos poderá alavancar diversos setores envolvidos nas atividades necessárias ao descomissionamento. Trata-se de uma ampla cadeia produtiva, que abrange estudos e análises técnicas, apoio offshore, serviços eletromecânicos, engenharia civil e naval, instituições financeiras, suporte ao relacionamento

institucional, assessoria jurídica e contábil, reciclagem de metais e polímeros, destinação secundária de equipamentos e plataformas, reaproveitamento de peças, entre muitos outros.

Essas atividades têm grande impacto na geração de emprego, renda e arrecadação de tributos e, por isso, devem estar no radar de estados e municípios, especialmente aqueles com estrutura portuária. Há cerca de 4.000 poços a serem descomissionados no Brasil, sendo mais de 700 localizados em ambiente offshore. Desses, 470 estão localizados na Bacia de Campos, onde são previstos investimentos de aproximadamente R\$ 44 bilhões, valor equivalente a cerca de 70% do total de investimentos previstos no país até 2028. Para as demais bacias, os valores previstos são da ordem de R\$ 9 bilhões para a Bacia Sergipe-Alagoas, R\$ 5 bilhões para a Bacia de Santos, R\$ 2 bilhões para a Bacia Potiguar e R\$ 3 bilhões para as demais bacias sedimentares.

Nas próximas décadas, haverá duas grandes ondas de descomissionamento no Brasil. Entre 2025 e 2036 ocorrerá a primeira onda, predominantemente associada aos ativos instalados na Bacia de Campos, durante as décadas de 1980 e 1990. Esta primeira onda contará com R\$ 125 bilhões de investimentos divididos em 12 anos, concentrados no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, entre 2037 e 2053, o país passará pela segunda onda, com foco nos ativos do pré-sal da Bacia de Santos, instalados nas décadas de 2010 e 2020. O total a ser investido nesta fase está estimado em R\$ 191 bilhões, desta vez concentrados no litoral dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas projeções indicam que o setor continuará sendo um vetor de desenvolvimento por pelo menos mais 30 anos, impulsionado por investimentos crescentes e pela consolidação de novas tecnologias.

Entre as empresas que estarão diretamente envolvidas em atividades de descomissionamento, destacam-se a Petrobras, com uma estimativa de R\$ 37 bilhões de investimentos neste setor até 2027, seguida pela Perenco, com R\$ 5 bilhões, Equinor e Trident, com R\$ 3,4 bilhões cada, Brava Energia, com R\$ 2,2 bilhões, e PRIO, com R\$ 1,7 bilhão. Cabe ressaltar que, em virtude das Resoluções ANP nº 817/2020 e 854/2021, os agentes já se prepararam para esse montante de investimentos ao longo dos anos de operação de seus respectivos campos produtores, tendo criado fundos de provisionamento e apresentado garantias financeiras em relação ao valor necessário para o descomissionamento. Esse requisito regulatório proporciona

maior previsibilidade e reduz o risco de imprevistos ou dificuldades de financiamento que possam impedir ou retardar a realização das atividades necessárias ao final do contrato.

Um ambiente regulatório seguro e estável é peça-chave para o sucesso de um plano de descomissionamento. A harmonização entre as regras da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), da Marinha do Brasil e do Ministério do Trabalho, por exemplo, será essencial para garantir a execução eficaz e responsável dos projetos de desmonte. Além disso, é fundamental assegurar que as práticas de descomissionamento sejam guiadas por princípios de sustentabilidade e governança ambiental, minimizando impactos e promovendo a recuperação das áreas afetadas.

O descomissionamento não é simplesmente uma obrigação contratual dos operadores de produção de óleo e gás. Representa uma oportunidade ímpar para o Brasil consolidar-se como líder global nesse mercado, promovendo a geração de empregos, o fortalecimento da indústria nacional, o desenvolvimento das cadeias produtivas locais e a inovação em soluções sustentáveis. Com um planejamento estratégico bem definido e uma colaboração eficaz entre empresas, governo e sociedade, o país tem a chance de aproveitar esse momento como força-motriz para o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade socioambiental e o avanço tecnológico.

JOSÉ MAURO COELHO

Sócio da Consultoria AURUM TANK. Foi Presidente e Membro do Conselho de Administração da Petrobras. Atuou como Presidente do Conselho de Administração da PPSA e Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME). Com mais de 30 anos de experiência no setor de petróleo e gás, atuou em diversas instituições de destaque.

GUILHERME MERCÊS

Sócio da consultoria AURUM TANK. Foi Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, além de Diretor e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).